

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

OUTUBRO/2012

Volume 24 • Número 10



Artigo

Evolução Recente da Proteção Previdenciária e seus Impactos sobre o Nível de Pobreza

Nota técnica

Resultado do RGPS de Setembro/2012

Expediente

Ministro da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Secretário Executivo
Carlos Eduardo Gabas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Leonardo José Rolim Guimarães

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Otoni Gonçalves Guimarães

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Cid Roberto Bertozzo Pimentel

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa
Graziela Ansiliero.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco “F” - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br

The background of the entire page is a close-up photograph of a financial chart. The chart has a grid and several lines, with a prominent red line showing significant fluctuations. A black pen with silver-colored accents is positioned diagonally across the lower right portion of the chart, its tip pointing towards the red line. The right side of the image is partially covered by a dark blue vertical overlay.

Artigo

EVOLUÇÃO RECENTE DA PROTEÇÃO
PREVIDENCIÁRIA E SEUS IMPACTOS
SOBRE O NÍVEL DE POBREZA

1. PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL

Resultados em 2011

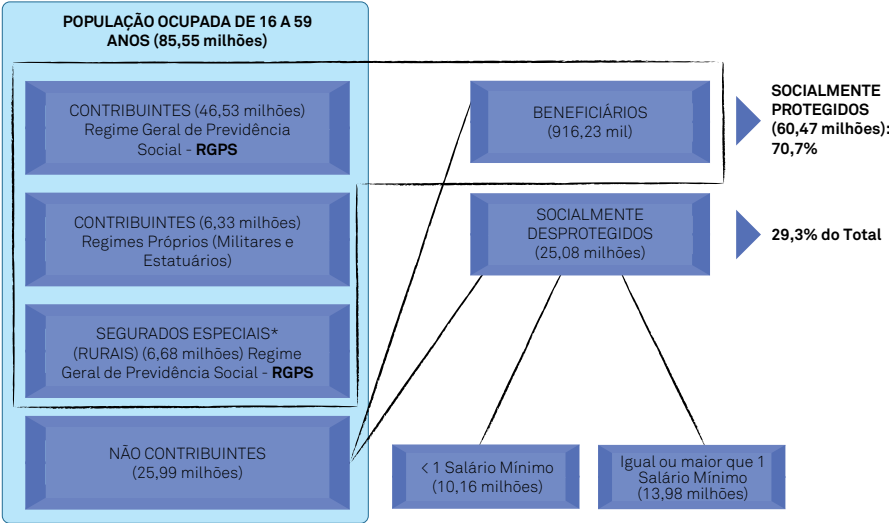
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011 existiam no Brasil 60,47 milhões de pessoas, com idade entre 16 e 59 anos, protegidas pela Previdência Social. Este contingente fazia parte de um universo de 85,55 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária, o que significa uma cobertura total de 70,7%. Em outras palavras, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estavam protegidos (para notas metodológicas, ver Box ao final do texto). Por outro lado, 25,08 milhões de trabalhadores (ou seja, 29,3% da população ocupada) encontravam-se sem cobertura previdenciária.¹ Medidas recentes adotadas pelo Brasil com foco na ampliação da inclusão previdenciária

Figura 1

Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos) - 2011 - BRASIL

Fonte: PNAD/IBGE - 2011 -
Elaboração: SPPS/MPS..

* Inclui 932.331 desprotegidos com rendimento ignorado



Como mostra a Tabela 1, a maior categoria dentre os protegidos, em termos relativos e absolutos, era a dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (54,4% dos ocupados com idade entre 16 e 59 anos), seguida pela dos segurados especiais¹ (7,8%) – diferenciados em função de particularidades na contribuição e elegibilidade ao benefício previdenciário –, dos segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS (7,4%) e dos não contribuintes que recebem benefícios previdenciários (1,1%). Em termos de gênero, em 2011, a proteção social era maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%).

¹ O Segurado Especial é definido como o trabalhador rural que atua com sua família em atividade indispensável a sua subsistência, ou em condições de mútua dependência e colaboração. Nesta categoria estão incluídos o produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Esse segurado está obrigado a recolher uma contribuição de 2,1% sobre a receita bruta decorrente da comercialização da sua produção.

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Contribuintes RGPS (A)	27.598.587	56,5%	18.937.216	51,5%	46.535.803	54,4%
Contribuintes RPPS (B)	2.656.685	5,4%	3.680.568	10,0%	6.337.253	7,4%
Militares	212.555	0,4%	4.776	0,0%	217.331	0,3%
Estatutários	2.444.130	5,0%	3.675.792	10,0%	6.119.922	7,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.231.432	8,7%	2.448.428	6,7%	6.679.860	7,8%
Não contribuintes (D)	14.324.095	29,3%	11.673.054	31,8%	25.997.149	30,4%
Total (E = A+B+C+D)	48.810.799	100,0%	36.739.266	100,0%	85.550.065	100,0%
Beneficiários não contribuintes*** (F)	387.986	0,8%	528.243	1,4%	916.229	1,1%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	34.874.690	71,4%	25.594.455	69,7%	60.469.145	70,7%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.936.109	28,6%	11.144.811	30,3%	25.080.920	29,3%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.235.152	18,9%	4.751.038	12,9%	13.986.190	16,3%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.109.163	8,4%	6.053.236	16,5%	10.162.399	11,9%
Desprotegidos com rendimento ignorado	591.794	1,2%	340.537	0,9%	932.331	1,1%

Os trabalhadores socialmente desprotegidos – que, como dito, totalizavam 25,08 milhões de pessoas em 2011 – são aqueles que não contribuem para a Previdência Social, não recebem benefícios previdenciários e não se enquadram na categoria de segurados especiais – trabalhadores rurais que contam com regras diferenciadas de contribuição e de elegibilidade para o recebimento de benefícios. Desse contingente, 13,98 milhões possuíam alguma capacidade contributiva – renda mensal igual ou superior a um salário mínimo – e poderiam ser incorporados ao RGPS. Outros 10,16 milhões, no entanto, possuíam rendimento inferior ao valor do salário mínimo e, portanto, dificilmente teriam condições de contribuir para a Previdência. Além de possuírem taxa de proteção social mais baixa, as mulheres são maioria entre os desprotegidos sem capacidade contributiva e minoria entre os desprotegidos com capacidade contributiva.

Tabela 1

Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Sexo - 2011*

*Fonte: PNAD/IBGE - 2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.*

**Independentemente de critério de renda.
** Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.
*** Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário.*

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuía para a Previdência Social – totalizavam 19,32 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens chegava a 86,5%, resultado superior ao observado entre as mulheres (78,6%).

Tabela 2

*Proteção Previdenciária
entre os Idosos com
60 anos ou mais,
segundo Sexo - 2011*

*Fonte: PNAD/IBGE – 2011
- Elaboração: SPPS/MPS.*

CATEGORIAS	HOMENS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	MULHERES	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	TOTAL	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
Aposentados	7.721.309	74,1%	6.326.602	48,3%	14.047.911	59,7%
Pensionistas	142.607	1,4%	2.188.416	16,7%	2.331.023	9,9%
Aposentados e pensionistas	251.963	2,4%	1.433.893	10,9%	1.685.856	7,2%
Contribuintes não beneficiários	898.068	8,6%	359.563	2,7%	1.257.631	5,3%
Protegidos (a)	9.013.947	86,5%	10.308.474	78,6%	19.322.421	82,1%
Desprotegi- dos (b)	1.409.977	13,5%	2.803.449	21,4%	4.213.426	17,9%
Total de Re- sidentes (b)	10.423.924	100,0%	13.111.923	100,0%	23.535.847	100,0%

A maior parte dos idosos protegidos recebia aposentadoria, grupo em que preponderavam os homens. Os homens também eram maioria entre os não beneficiários que contribuía para a Previdência Social, fato explicado, principalmente, por se depararem com requisitos mais elevados de idade e tempo de contribuição para o requerimento de aposentadorias. Dentre os pensionistas e beneficiários que acumulavam pensão e aposentadoria, como era de se esperar, prevaleciam as mulheres, que em média possuem expectativa de vida mais elevada e tendem a mais freqüentemente usufruir de pensões deixadas por seus cônjuges.

Evolução Recente da Proteção Previdenciária – 1992 a 2011²

Há uma mudança de comportamento bastante clara na série histórica da taxa de proteção previdenciária da população ocupada com idade entre 16 e 59 anos. No período 1992-2002, a variação no contingente de desprotegidos foi mais que proporcional ao crescimento da população protegida com o mesmo recorte etário. Como resultado, o percentual de protegidos diminuiu, passando de 66,4% em 1992 para 61,7% em 2002. Ambos os sexos registraram

2 “A PNAD não foi a campo em 1994, 2000 e 2010. Como até 2003 a Pesquisa não incluía as áreas rurais da Região Norte, salvo de Tocantins, optou-se pela construção de uma série histórica harmonizada, que considera apenas as variáveis e coberturas geográficas presentes em todas as edições da PNAD utilizadas.

redução da cobertura, sendo que a queda mais pronunciada ocorreu entre os homens. Já entre 2002 e 2011, os dados revelam uma reversão dessa tendência, com uma melhora visível no nível de cobertura (de 61,7% em 2002 para 63,4% e 70,6%, respectivamente, em 2005 e 2011) para homens e mulheres.

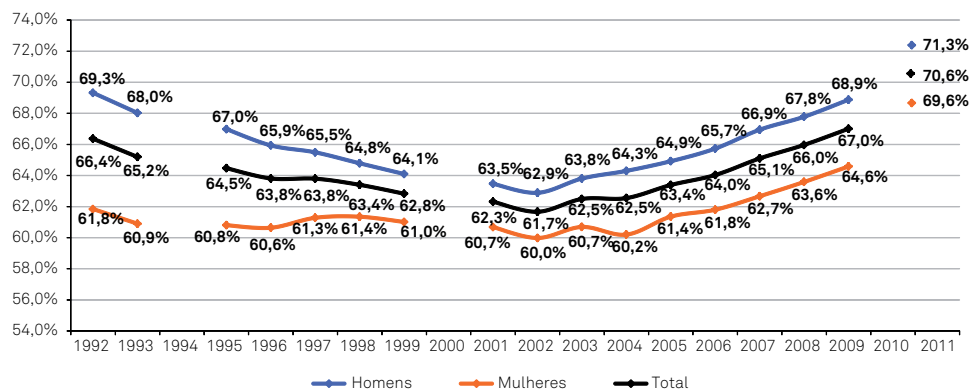


Gráfico 1

Evolução da Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011
- Elaboração: SPPS/MPS.

Nessa série harmonizada, o resultado de 2011 – agregado e aberto por sexo – é o melhor já registrado para este indicador. A recuperação da proteção previdenciária se deu para os dois sexos, que – após manterem relativamente estável seu diferencial de proteção entre 2004 e 2009 – observaram uma aproximação significativa de suas taxas de proteção previdenciária em 2011. A taxa de cobertura feminina, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos quatro anos, tem contribuído crescentemente para o resultado geral da cobertura. O indicador masculino parece seguir a mesma tendência positiva, embora apenas em 2011 tenha atingido seu melhor valor para o período 1992-2011 (até então, o melhor resultado entre os homens tinha sido de 69,3%, em 1992).

A comparação direta entre as PNAD completas de 2009 e 2011 revela uma expansão significativa da proteção previdenciária – 3,6 pontos percentuais para o indicador agregado, nacional; 2,5 p.p. entre os homens; e, expressivos 5,1 p.p. entre as mulheres. Ocorre que, dado o caráter amostral da pesquisa, oscilações assim, observadas em relação a períodos imediatamente anteriores, devem ser tomadas com precaução. Pode ser precoce reconhecer nos dados uma mudança de tendência no ritmo de evolução da cobertura feminina, por exemplo. A magnitude destas variações também deve ser relativizada porque dizem respeito ao biênio 2009-2011 (e não à tradicional variação anual), uma vez que em 2010 a PNAD não foi a campo. Contudo, vale ressaltar que estas ponderações não são suficientes para se questione a consistência das tendências recentes observadas para os indicadores de cobertura, que em todos os casos (homens; mulheres; e total) consistem em trajetórias claramente ascendentes.

Esse indicador de proteção dos ocupados, como já apontado, leva em conta outras

informações sobre a situação previdenciária dos trabalhadores, que não apenas a contribuição efetiva à previdência social. O trabalhador protegido é aquele que contribui para algum regime público de previdência; ou é beneficiário de pensão e/ou aposentadoria ou de algum benefício assistencial de prestação continuada; ou, finalmente, não se enquadra em nenhuma das situações anteriores, mas cumpre os requisitos para ser categorizado com Segurado Especial. Contudo, para que se possa fazer uma avaliação mais acurada da evolução da quantidade de contribuintes, cuja massa de salários e rendimentos constitui a fonte principal da arrecadação previdenciária, vale lançar mão da tradicional razão entre número de contribuintes e total de trabalhadores ocupados com o mesmo recorte etário.

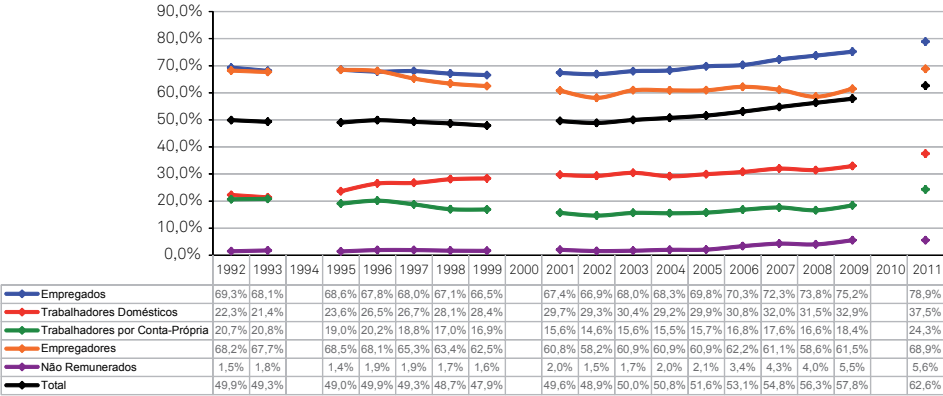
O gráfico 2, a seguir, revela não apenas a expansão contínua e consistente deste indicador, mas que este desempenho está fortemente atrelado à formalização das relações de trabalho – apenas entre 2002 e 2011, a proporção de trabalhadores na categoria de empregados que contribuem para a Previdência Social aumentou em 12,0 pontos percentuais. O resultado desse grupo, que representa a maioria dos trabalhadores ocupados, compensa o comportamento mais errático de alguns grupos (como o de Empregadores) e se soma ao bom desempenho recente de outros (como o de Trabalhadores por Conta-Própria, que desde 2003 esboça uma recuperação de sua taxa de cobertura)

Gráfico 2

Evolução da Contribuição Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo as Principais Posições na Ocupação – 1992 a 2009

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011
- Elaboração: SPPS/MPS.

* A linha do total incorpora todas as posições na ocupação, exclusive militares e estatutários.



Em relação aos idosos, em que pesem o desequilíbrio que ainda persiste na proteção de homens e mulheres com 60 anos ou mais e algumas oscilações em determinados anos da série, os dados da PNAD apontam para uma tendência de expansão da proteção previdenciária, ainda que nos anos mais recentes se observe uma relativa estabilidade do indicador (Gráfico 3). Na série harmonizada, a parcela da população idosa protegida socialmente passou de 74,0% em 1992 para 82,2% em 2011. O recorte de gênero, por sua vez, evidencia que tais melhoras, especialmente aquelas ocorridas nos últimos anos, resultam em grande medida do aumento da proteção de idosos do sexo feminino, uma vez que a série referente aos homens idosos encontra-se relativamente estável desde 1993.

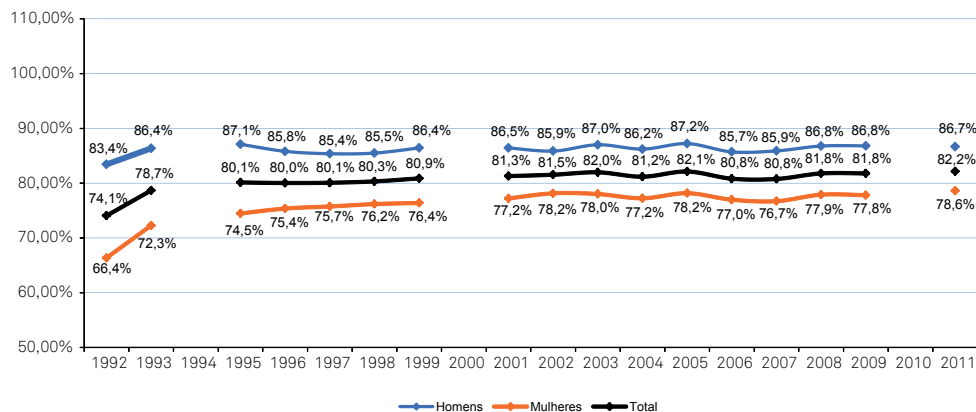


Gráfico 3

Idosos de 60 anos ou mais que recebem aposentadoria e/ou pensão ou que contribuem para algum regime previdenciário - 1992 a 2011 (Em %)

Fonte: PNAD/IBGE - 1992 a 2011 - Elaboração: SPSPS/MPS.

O aumento da cobertura entre as idosas pode ser resultado do incremento na participação das mulheres na população ocupada, fenômeno intensificado nas últimas décadas. No longo prazo, com tudo mais constante, a confirmação desta tendência pode reduzir as disparidades na proteção de homens e mulheres idosos. A evolução destes indicadores de proteção previdenciária entre os idosos pode estar associada ainda à instituição da categoria de Segurado Especial, regulamentada em 1991, que possibilitou a expansão da cobertura previdenciária no meio rural. Além disso, valer mencionar que o comportamento positivo observado no período 1994-2009 pode estar relacionado também ao aumento do número de beneficiários da Lei Orçamentária da Assistência Social - LOAS, alterada pelo Estatuto do Idoso³.

2. IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE O NÍVEL DE POBREZA

Ainda de acordo com a PNAD/IBGE, pode-se observar que os benefícios pagos pela Previdência Social produzem impactos significativos sobre o nível de pobreza da população brasileira⁴. Assumindo como condição de pobreza a percepção de rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, estima-se em 51,26 milhões a quantidade de pessoas em condição de pobreza em 2011 (considerando rendas de todas as fontes). Caso sejam desconsiderados os rendimentos advindos do recebimento de benefícios previdenciários, a quantidade de pobres seria de 74,97 milhões, o que significa dizer que

³ O Estatuto, vigente desde janeiro de 2004, reduziu - de 67 para 65 anos - a idade mínima para acesso ao benefício assistencial, além de ter flexibilizado o cálculo do limite máximo de ¼ de salário mínimo de renda familiar per capita, também necessário para a concessão do benefício de prestação continuada previsto na LOAS (Lei 8.472, de 07 de dezembro de 1993).

⁴ Como a PNAD não permite que os benefícios assistenciais sejam dissociados dos benefícios previdenciários, ao longo desse artigo trataremos do impacto dos benefícios previdenciários e dos benefícios de prestação continuada pagos pela Assistência Social no grau de pobreza da população brasileira (ver Box).

o pagamento de benefícios pela Previdência Social retira da condição de pobreza cerca de 23,70 milhões de indivíduos – redução de 12,8 pontos percentuais na taxa de pobreza.

Tabela 3

Quantidade de Pessoas com Renda Domiciliar Per Capita inferior a ½ salário mínimo (R\$ 232,50), conforme se Inclui ou Exclui o Rendimento de Benefícios – Em 2011

Fonte: PNAD/IBGE – 2011.
Elaboração: SPPS/MPS.

* População total, exclusive aqueles que habitam domicílios onde ao menos uma pessoa possui rendimento ignorado.

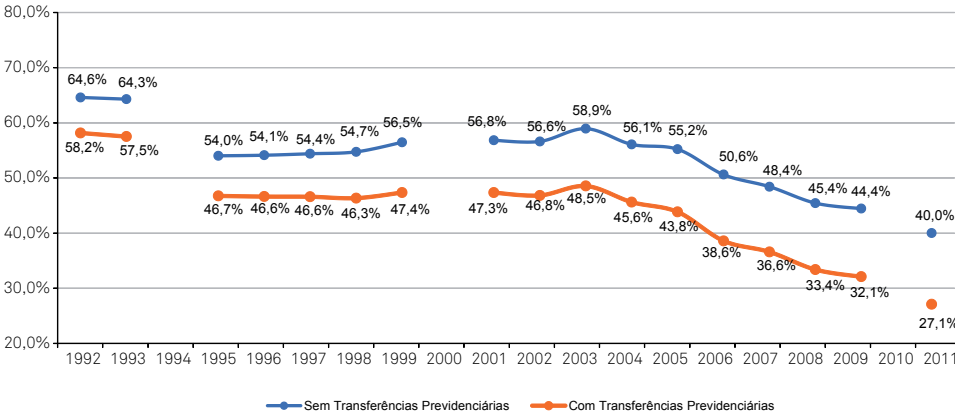
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE PESSOAS	% DO TOTAL
População de Referência***	184.562.593	100,0%
Renda Domiciliar per capita < R\$ 232,50 Incluindo a Renda Previdenciária (a)	51.266.660	27,8%
Excluindo a Renda Previdenciária (b)	74.974.889	40,6%
Impacto dos Benefícios sobre a "Quantidade de Pobres" (b) - (a)	23.708.229	12,8%

O Gráfico 4, baseado na série harmonizada, mostra a evolução proporcional do contingente de pobres desde 1992 até 2011, conforme se considera ou não a renda previdenciária – para permitir a comparação entre os anos, os valores foram atualizados com base nos preços de setembro de 2011, período de referência da PNAD. Em 1992, o percentual de pobres em relação à população de referência, em se considerando o rendimento proveniente de benefícios previdenciários, era de 58,2%, contra 64,6% excluindo-se o impacto da previdência; em 2011, esses percentuais, respectivamente, passaram a ser de 27,1% e de 40,0%. A distância entre as duas linhas evidencia o impacto da Previdência sobre a pobreza no período de 1992 a 2011, impacto esse que, com base na evolução positiva dessa distância, tem sido crescente.⁵

Gráfico 4

Percentual de Pessoas com menos de ½ salário mínimo de renda domiciliar per capita, com e sem a renda previdenciária – Linha de Pobreza = 1/2 salário mínimo de set/2011 (INPC) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE – 1992 a 2011. Elaboração: SPPS/MPS.



O Gráfico 5, por sua vez, mostra que o impacto das transferências previdenciárias sobre a pobreza se concentra na população idosa, tendo em vista o foco da Previdência Social na garantia de renda para o trabalhador em idade avançada. Muito embora a redução da pobreza decorrente da expansão da Previdência seja percebida em todas as faixas etárias, a renda previdenciária favorece, sobretudo, aqueles com idade superior aos

5 Ver: PASSOS, Alessandro Ferreira et al. "Previdência Social e Pobreza". Informe de Previdência Social, volume 17, no. 09. Brasília: MPS, setembro, 2005.

55 anos - a partir dessa idade nota-se uma significativa expansão da diferença entre o percentual de pobres com e sem as transferências previdenciárias. Portanto, a pobreza diminui com o aumento da idade (área verde inferior), chegando ao limite inferior de 10% para a população com 70 anos de idade ou mais. Caso as transferências previdenciárias deixassem de ser realizadas, haveria um ponto a partir do qual a pobreza voltaria a aumentar, chegando a quase 70% para a população com idade acima de 70 anos.

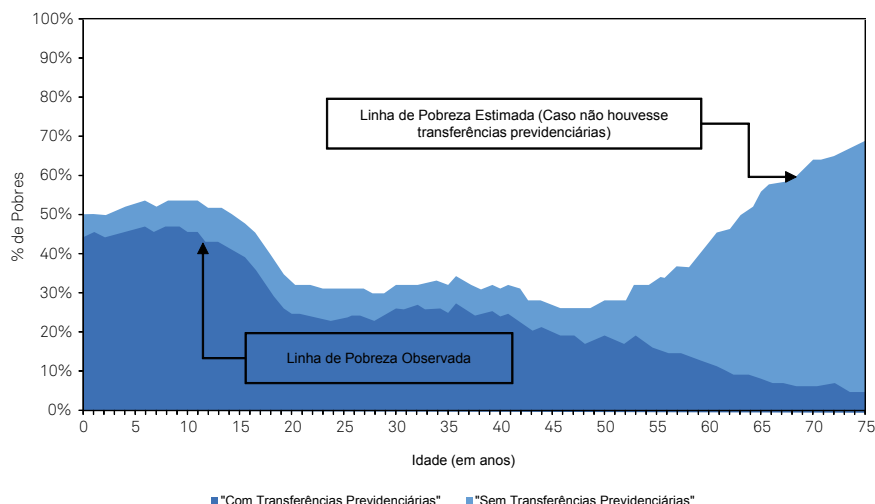


Gráfico 5

Percentual de Pessoas com menos de 1/2 salário mínimo de renda domiciliar per capita no Brasil por idade, considerando e não considerando a renda previdenciária - 2011

Fonte: PNAD/IBGE - 2011. Elaboração: SPDS/MPS.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo período de quedas consecutivas na taxa de proteção social dos trabalhadores ocupados com idade entre 16 e 59 anos, os dados da PNAD demonstram claramente a consolidação de uma reversão desta tendência. O nível de proteção subiu, avançando de maneira consistente no período 2002-2011: partindo-se de 2002, ano em que se observou o pior resultado do período considerado, a cobertura previdenciária (em seu sentido mais amplo, incorporando Segurados Especiais e Beneficiários não-contribuintes) aumentou em 8,9 pontos percentuais, chegando a 70,6% em 2011. Esse resultado mensurado para 2011 é o melhor obtido no país desde 1992, ano inicial da série histórica harmonizada e levada em conta nesta análise. Entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade, os resultados também são positivos: em 1992-2011, a cobertura dos idosos apresenta tendência inequívoca, embora suave, de expansão.

Estes resultados se confirmam quando se toma por referência o impacto das transferências previdenciárias e assistenciais no nível de pobreza da população. A PNAD 2011 revela que, tudo mais constante, essas transferências são responsáveis por manter 23,70 milhões de pessoas

acima da linha de pobreza. Mais do que isso, a série histórica deste indicador deixa evidente que este impacto tem sido crescente ao longo do tempo, fruto da expansão da quantidade de benefícios pagos pela Previdência Social (o que também produz beneficiários indiretos) e também da valorização real dos benefícios (principalmente em razão dos ganhos reais concedidos ao salário mínimo, que corresponde ao valor de grande parcela dos benefícios pagos).

NOTA METODOLÓGICA: CRITÉRIOS PARA MENSURAÇÃO DA PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA*

A proporção de ocupados que contribuem para a Previdência Social é, possivelmente, o mais utilizado dos indicadores de cobertura previdenciária entre a população economicamente ativa. Não obstante sua relevância, o Brasil adota oficialmente um indicador mais amplo, que se vale de um conjunto de critérios capaz de produzir um retrato mais acurado da proteção entre os trabalhadores ocupados, inclusive incorporando as particularidades da Previdência Rural brasileira. Como, no Brasil, os menores de 16 anos (salvo aprendizes) não podem legalmente contribuir para a Previdência Social (consistindo antes em questão para políticas de erradicação do trabalho infantil) e os maiores de 60 anos dificilmente começarão a fazê-lo (pois, nessa idade, possivelmente não chegarão a preencher as condições de elegibilidade para a maioria dos benefícios), optou-se por trabalhar com o grupo de ocupados com idade entre 16 e 59 anos.

Para além dos contribuintes (segurados ativos do RGPS e segurados ativos de regimes específicos para militares e servidores públicos), a população ocupada protegida ainda incorpora outros dois grupos: (i) os chamados “segurados especiais” (trabalhadores rurais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, pessoas que contam com proteção da Previdência Social mesmo não declarando contribuição para a previdência, já que sua contribuição se dá sobre a eventual comercialização da produção rural); e (ii) os não contribuintes que recebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial). Assim, resumidamente, os ocupados protegidos são aqueles que contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais ou, embora não contribuam e não pertençam ao regime especial para trabalhadores rurais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social.

Daí advém outra particularidade dos indicadores de cobertura apresentados neste artigo. Ocorre que na PNAD, fonte dos dados apresentados, embora haja referência ao recebimento de “aposentadoria” e/ou “pensão”, aqueles que recebem benefício assistencial de prestação continuada podem, por desconhecimento, declarar receber aposentadoria e/ou pensão previdenciárias, razão pela qual é difícil fazer uma distinção entre benefícios assistenciais e previdenciários com a segurança desejada. Por este motivo, ao longo deste artigo, quando se fala em indicadores de proteção previdenciária, deve-se ter em mente que são tratados conjuntamente os benefícios previdenciários e os benefícios assistenciais de prestação continuada pagos a deficientes (de qualquer idade, incapacitados para o trabalho) e idosos (65 anos ou mais) de baixa renda (renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo vigente).

Obviamente que, dados os requisitos de elegibilidade para as prestações assistenciais, as limitações da PNAD tendem a afetar quase que exclusivamente o indicador de cobertura da população idosa – no Brasil, seguindo parcialmente a lógica da metodologia empregada para a população ocupada, definido como a participação dos idosos que recebem benefício previdenciário ou assistencial ou que ainda realizam contribuições previdenciárias, no total da população idosa (total de residentes com 60 anos ou mais). De todo modo, para simplificar a análise e considerando que os benefícios assistenciais representam apenas cerca de 10,0% (em setembro/2011) do total de benefícios (benefícios previdenciários e acidentários pagos pelo INSS e benefícios assistenciais de prestação continuada pagos a portadores de deficiência e idosos de baixa renda), denominamos os montantes pagos como transferências previdenciárias e tratamos os indicadores como taxas de proteção previdenciária.

* Essa metodologia de mensuração da proteção previdenciária foi aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social em 30 de junho de 2004.

Receitas e Despesas



Saldo Previdenciário e Arrecadação



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE SET/2012)	
No mês (Set/2012)	R\$ 11,12 bilhões
Acumulado em 2012	R\$ 39,79 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 40,52 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2011 e 2012) – Setembro/2011, Agosto/2012, Setembro/2012 e Acumulado Janeiro a Setembro (2011 e 2012) – em R\$ milhões de Setembro/2012 – INPC

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A SET)		VAR. %
						2011	2012	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3)	20.897,1	22.676,6	21.610,7	(4,7)	3,4	182.295,8	195.845,3	7,4
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	20.385,9	22.176,8	21.111,8	(4,8)	3,6	178.074,7	191.543,6	7,6
1.2 Arrecadação Líquida Rural	510,9	499,1	498,7	(0,1)	(2,4)	4.219,6	4.297,7	1,9
1.3 Comprev	0,3	0,7	0,3	(55,2)	10,0	1,5	4,0	166,0
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	30.768,9	27.643,9	32.731,7	18,4	6,4	219.616,1	235.638,2	7,3
2.1 Benefícios Previdenciários	30.216,6	27.253,2	32.245,2	18,3	6,7	212.188,1	228.645,1	7,8
2.1.1 Urbano	24.377,2	20.214,6	25.734,0	27,3	5,6	165.499,5	176.779,8	6,8
2.1.2 Rural	5.839,4	7.038,7	6.511,1	(7,5)	11,5	46.688,6	51.865,3	11,1
2.2 Passivo Judicial	442,1	278,3	367,6	32,1	(16,8)	6.387,6	5.917,3	(7,4)
2.2.1 Urbano	356,6	206,4	293,4	42,1	(17,7)	4.977,6	4.582,8	(7,9)
2.2.2 Rural	85,4	71,9	74,2	3,3	(13,1)	1.410,0	1.334,6	(5,3)
2.3 Comprev	110,2	112,4	119,0	5,9	7,9	1.040,4	1.075,8	3,4
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(9.871,8)	(4.967,3)	(11.121,0)	123,9	12,7	(37.320,3)	(39.792,9)	6,6
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	(4.458,0)	1.644,1	(5.034,3)	(406,2)	12,9	6.558,8	9.109,3	38,9
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(5.413,8)	(6.611,4)	(6.086,7)	(7,9)	12,4	(43.879,0)	(48.902,2)	11,4

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SP/PS/MP/SP

Resultado das Áreas Urbana e Rural



Em setembro de 2012, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação Comprev, foi de R\$ 21,1 bilhões, crescimento de 3,6% (+R\$ 725,9 milhões) frente a setembro de 2011, e queda de 4,8% (-R\$ 1,1 bilhão), quando comparado a agosto de 2012. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 498,7 milhões, queda de 2,4% (-R\$ 12,3 milhões), em relação ao mês anterior, e registrou ligeira queda de 0,1%, quando comparado ao mês de setembro de 2011, conforme pode ser visto na Tabela 1.

de abril de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas, substituindo por contribuição sobre o faturamento, o que resultou na desoneração da folha de salários de vários setores da economia. Essa desoneração deverá levar a arrecadação previdenciária para um patamar abaixo do registrado atualmente e será compensado pelo Tesouro Nacional.

A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 26,1 bilhões, em setembro de 2012, aumento de 27,3% (+R\$ 5,6 bilhões) em relação a agosto deste ano e de 5,2% (+R\$ 1,3 bilhão), quando comparada a setembro de 2011. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 6,6 bilhões em setembro de 2012, queda de 7,4% (-R\$ 525,2 milhões), frente a agosto de 2012 e elevação de 11,1% (+R\$ 660,6 milhões), quando comparado ao mês correspondente de 2011.

No mês de setembro, a despesa de benefícios teve um valor adicional, em torno de R\$ 8,9 bilhões, relativo à antecipação de metade do 13º salário dos benefícios previdenciários, sendo R\$ 7,7 bilhões da clientela urbana e R\$ 1,2 bilhão do meio rural. No mês anterior já havia sido paga uma parte da antecipação dos benefícios previdenciários com renda mensal no valor de até um salário mínimo, conforme determina a Lei nº 11.665, de 29/04/2008, no valor de R\$ 2,5 bilhões. Em consequência do aumento da despesa, a clientela urbana apresentou necessidade de financiamento de R\$ 5,0 bilhões, bem diferente dos superávits que vinha sendo verificado nos últimos meses, devendo retornar aos valores anteriormente registrados a partir de outubro de 2012.

Em setembro de 2012, a clientela rural registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 6,1 bilhões, que é decorrente, principalmente, da importante política previdenciária no campo que estabeleceu, em função das peculiaridades da agricultura familiar, uma quebra de paridade entre contribuição devida ao sistema e pagamento de benefícios, conforme destacado mensalmente na divulgação do resultado do Regime Geral de Previdência Social.

No acumulado de janeiro a setembro de 2012, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 191,5 bilhões e na rural R\$ 4,3 bilhões. A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 182,4 bilhões e a despesa rural, incluída as sentenças judiciais rurais, R\$ 53,2 bilhões. No acumulado de 2012, o meio urbano somou um superávit de R\$ 9,1 bilhões, elevação de 38,9% (+R\$ 2,6 bilhões) frente ao mesmo período de 2011. Já no meio rural, a necessidade de financiamento no acumulado do ano de 2012 foi de R\$ 48,9 bilhões, 11,4% (+R\$ 5,0 bilhões) maior que o valor registrado no mesmo período de 2011. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

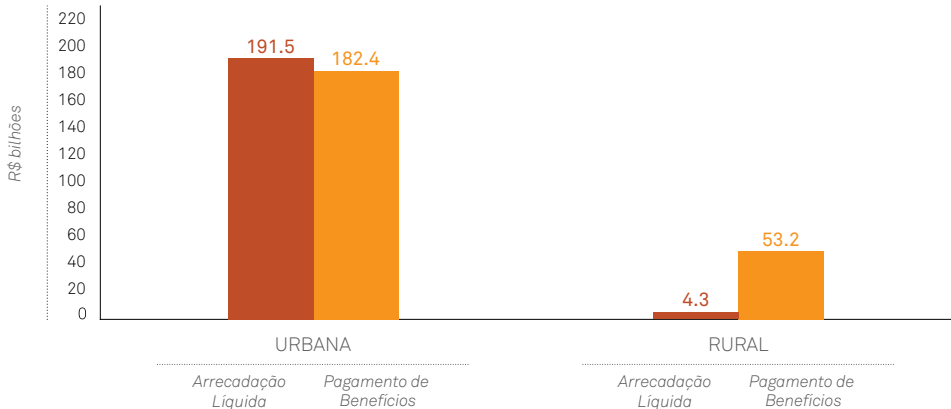


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Setembro - R\$ bilhões de Setembro/2012 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

É importante destacar que, entre o acumulado de janeiro a setembro de 2012 e o período correspondente de 2011, a arrecadação líquida urbana cresce 1,2 p.p. a mais que a despesa com benefícios urbanos. Esse crescimento da arrecadação líquida urbana, em termos percentuais, acima da despesa de benefícios urbanos foi também verificado no fechamento dos anos de 2007, 2008, 2010 e 2011.

Resultado em Conjunto das Áreas Urbana e Rural



A arrecadação líquida da Previdência Social, em setembro de 2012, foi de R\$ 21,6 bilhões, aumento de 3,4% (+R\$ 713,7 milhões) em relação a setembro de 2011, e queda de 4,7% (-R\$ 1,1 bilhão), frente a agosto de 2012, o que pode ter sido reflexo do efeito do primeiro mês da Medida Provisória 563, que altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas, que foi substituída pela contribuição sobre o faturamento, resultando na desoneração da folha de salários de vários setores da economia. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 32,7 bilhões, aumento de 6,4% (+R\$ 2,0 bilhões), quando comparado ao mês correspondente de 2011, e de 18,4% (+R\$ 5,1 bilhões), em relação a agosto de 2012, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 11,1 bilhões, 123,9% (+R\$ 6,1 bilhões) superior a registrada em agosto de 2012, e 12,7% (+R\$ 1,2 bilhão) a de setembro de 2011, conforme se pode ver na Tabela 2.

TABELA 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Setembro/2011, Agosto/2012, Setembro/2012 e Acumulado de Janeiro a Setembro (2011 e 2012) – Valores em R\$ milhões de Setembro/2012 – INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPPS/MPS

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A SET)		VAR. %
						2011	2012	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	20.897,1	22.676,6	21.610,7	(4,7)	3,4	182.295,8	195.845,3	7,4
1.1. Receitas Correntes	22.081,7	23.629,5	22.375,8	(5,3)	1,3	193.285,0	206.131,7	6,6
Pessoa Física (1)	751,5	833,7	803,5	(3,6)	6,9	6.815,0	7.311,8	7,3
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	867,1	1.014,9	997,4	(1,7)	15,0	7.575,0	8.679,6	14,6
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.879,1	1.953,4	2.008,2	2,8	6,9	15.798,8	17.166,2	8,7
Empresas em Geral	14.163,2	15.042,7	13.994,4	(7,0)	(1,2)	124.642,6	131.328,7	5,4
Entidades Filantrópicas (4)	159,2	181,1	164,0	(9,4)	3,1	1.424,6	1.486,9	4,4
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.260,7	1.329,4	1.204,0	(9,4)	(4,5)	11.542,3	12.125,9	5,1
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	517,1	609,0	585,6	(3,9)	13,2	4.645,3	5.228,8	12,6
Clubes de Futebol	7,2	20,8	8,1	(61,1)	11,7	92,5	104,6	13,0

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A SET)		VAR. %
						2011	2012	
Comercialização da Produção Rural (7)	348,5	328,9	320,4	(2,6)	(8,1)	2.845,7	2.840,9	(0,2)
Retenção (11%)	1.849,1	2.000,1	2.005,1	0,2	8,4	15.516,2	17.222,3	11,0
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	23,0	17,9	21,6	20,5	(6,3)	311,2	232,3	(25,4)
Reclamatória Trabalhista	244,4	286,4	234,4	(18,2)	(4,1)	1.946,8	2.238,6	15,0
Outras Receitas	11,6	11,2	29,1	160,1	151,7	128,9	165,1	28,1
1.2. Recuperação de Créditos	1.017,7	1.378,9	1.580,0	14,6	55,2	9.352,5	11.888,4	27,1
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,3	0,7	0,3	(55,2)	10,0	1,5	4,0	166,0
Arrecadação / Lei 11.941/09	447,4	332,0	323,4	(2,6)	(27,7)	2.957,4	3.168,3	7,1
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	9,9	228,5	458,0	100,5	4.532,7	97,9	1.778,7	1.717,3
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	0,6	6,5	0,9	(85,9)	56,8	15,3	20,9	36,0
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	(63,7)	211,4	237,6	12,4	(472,9)	968,9	1.286,2	32,8
Débitos (14)	233,7	54,3	54,3	0,0	(76,8)	1.012,0	583,0	(42,4)
Parcelamentos Convencionais (15)	389,7	545,5	505,4	(7,4)	29,7	4.299,5	5.047,3	17,4
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(19,0)	(18,2)	(23,6)	29,7	24,1	(217,7)	(260,1)	19,5
1.4. Transferências a Terceiros	(2.183,3)	(2.313,6)	(2.321,4)	0,3	6,3	(20.123,9)	(21.914,7)	8,9
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	30.768,9	27.643,9	32.731,7	18,4	6,4	219.616,1	235.638,2	7,3
Pagos pelo INSS	30.326,8	27.365,6	32.364,1	18,3	6,7	213.228,5	229.720,9	7,7
Sentenças Judiciais - TRF (17)	442,1	278,3	367,6	32,1	(16,8)	6.387,6	5.917,3	(7,4)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(9.871,8)	(4.967,3)	(11.121,0)	123,9	12,7	(37.320,3)	(39.792,9)	6,6

No acumulado de janeiro a setembro de 2012, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 195,8 bilhões e R\$ 235,6 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 39,8 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2011, a arrecadação líquida cresceu 7,4% (+R\$ 13,5 bilhões), as despesas com benefícios previdenciários 7,3% (+R\$ 16,0 bilhões), e a necessidade de financiamento 6,6% (+R\$ 2,5 bilhões).

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Setembro/2011, Agosto/2012, Setembro/2012 e Acumulado de Janeiro a Setembro (2011 e 2012) – Valores em R\$ milhões de Setembro/2012 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS.

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que tem isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios..

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.

(9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.

(10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência

(13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9,7/09/98).

(14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de créditos.

(16) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação

(17) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagos pelo INSS.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2012, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2012, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

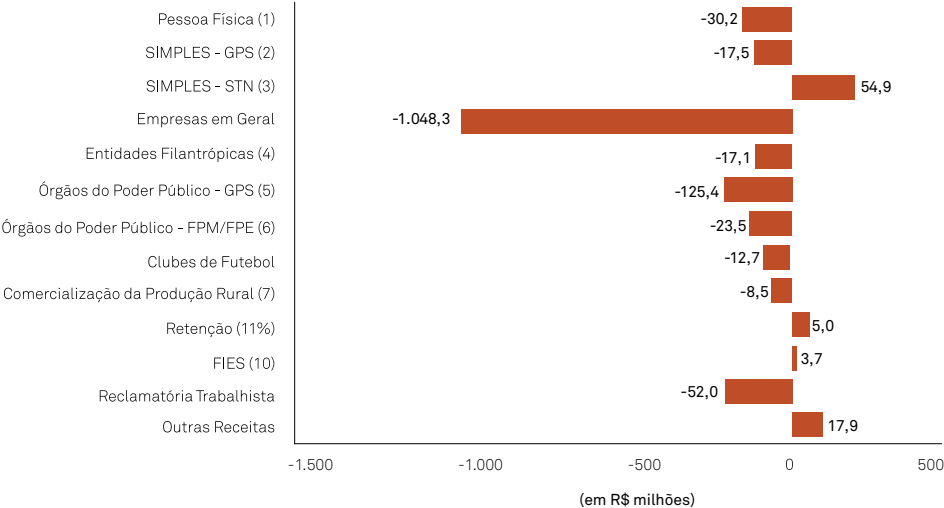
Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2012, que em setembro determinou o valor recebido por 67,2% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2012, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2011.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes foram de R\$ 22,4 bilhões, em setembro de 2012, aumento de 1,3% (+R\$ 294,1 milhões), frente ao mês de setembro de 2011, e queda de R\$ 5,3% (-R\$ 1,2 bilhão), quando comparado a agosto de 2012, que pode ser explicado pelo efeito do primeiro mês da Medida Provisória 563, que desonerou a folha de salários de empresas de vários segmentos da economia. Por essa razão, a rubrica Empresas em Geral diminuiu 7,0% (-R\$ 1,0 bilhão) entre setembro de 2012 e o mês anterior. Com relação ao desempenho positivo, destaca-se as rubricas SIMPLES – Repasse STN e Fundo de Incentivo ao Ensino Superior, que cresceram, respectivamente, 2,8% (+R\$ 54,9 milhões) e 20,5% (+R\$ 3,7 milhões), conforme se pode ver no Gráfico 2.

Gráfico 2
Variação das Receitas Correntes (Setembro) de 2012 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Setembro/2012 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS*



No acumulado de janeiro a setembro de 2012 as receitas correntes somaram R\$ 206,1 bilhões, 6,6% (+R\$ 12,8 bilhões) superior o registrado no mesmo período de 2011. Quase

todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2011, com exceção da rubrica Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, que diminuiu 25,4% (-R\$ 78,9 milhões) e a Comercialização da Produção Rural, que apresentou ligeira queda de 0,2% (-R\$ 4,8 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral (5,4%, ou seja, +R\$ 6,7 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, (10,6%, ou seja, +R\$ 2,5 bilhões) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra (11,0%, ou seja, +R\$ 1,7 bilhão), que representaram juntas 84,6% do total de receitas correntes.

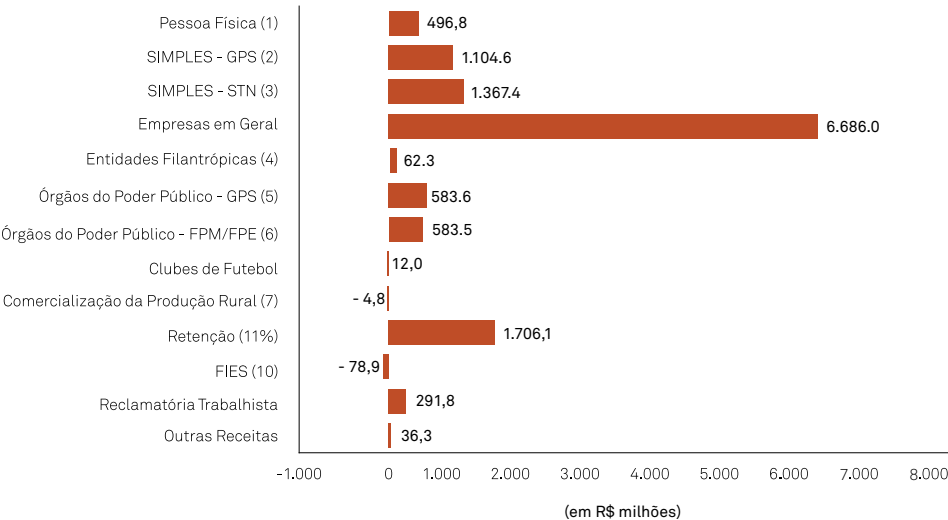


Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Setembro) de 2012 em relação a 2011 - Em R\$ milhões de Setembro/2012 (INPC)

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS*

De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de agosto de 2012.

Mercado de Trabalho (agosto/2012)

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, no mês de agosto foram criados 100.938 empregos formais celetistas, equivalentes ao aumento de 0,26% em relação ao estoque mês anterior, dando sequência à trajetória de crescimento do emprego observada nos últimos anos, embora sinalizando uma perda de dinamismo. Esse resultado foi decorrente da declaração de 1.819.767 admissões, o segundo maior volume para o mês, e de 1.718.829 desligamentos, número recorde para

o período. No acumulado do ano, ocorreu expansão de 3,64% no nível de emprego, equivalente ao acréscimo de 1.378.803 postos de trabalho. Nos últimos 12 meses, o aumento foi de 1.457.412 postos de trabalho, correspondendo à elevação de 3,85%. Os dados segundo recorte setorial mostram que quase todos os setores expandiram o nível de emprego em agosto. Em termos absolutos, os destaques foram: Serviços (+54.323 postos ou +0,34%), Comércio (+31.347 postos ou +0,37%), Indústria de Transformação (+16.438 postos ou +0,20%) e Construção Civil (+11.278 postos ou +0,37%). Em termos relativos, sobressaíram-se os Serviços Industriais de Utilidade Pública, com o crescimento de 0,57% ou +2.205 postos de trabalho, o segundo melhor resultado para o período na série histórica do CAGED. A Agricultura, por motivos sazonais, foi o único setor que registrou queda no emprego (-16.615 postos ou -0,97%), indicando, contudo, uma redução na queda, comparativamente ao resultado de 2011 (-19.498 postos ou -1,12%). No conjunto das nove Áreas Metropolitanas – AM, foram gerados 31.432 postos de trabalho em agosto, correspondendo ao crescimento de 0,20%. Os Interiores desses aglomerados urbanos tiveram aumento quase generalizado do emprego, sendo responsáveis, em conjunto, pela criação de 37.657 postos de trabalho, ou crescimento de 0,27%, resultado superior ao apontado para o total das AM.

A Pesquisa Mensal de Emprego – PME mostra, em agosto de 2012, que a população ocupada foi estimada em 23,0 milhões para o conjunto das seis regiões, assinalando variação significativa frente ao mês de julho (0,7%). No confronto com agosto de 2011, foi verificado aumento de 1,5%, o que representou um adicional de 328 mil pessoas nesse contingente em 12 meses. De julho para agosto de 2012, a análise do contingente de ocupados por grupamentos de atividade econômica, mostrou que apenas o grupamento da Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água registrou variação significativa (2,7%, mais 100 mil pessoas). No confronto com agosto de 2011, ocorreu movimentação apenas no grupamento dos Serviços prestados à empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (3,7%, mais 133

mil pessoas). O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) foi estimado em agosto de 2012 em 54,0% para o total das seis regiões. De julho para agosto esse indicador não variou. No confronto com agosto do ano passado foi registrado comportamento semelhante. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, em agosto desse ano, foi estimado em 11,4 milhões no agregado das seis regiões pesquisadas. Este resultado não apresentou variação frente a julho, entretanto, verificou-se crescimento de 3,2% na comparação com agosto de 2011, o que representou um adicional de 356 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em agosto de 2012 em R\$ 1.758,10, para o conjunto das seis regiões, aumentou 1,9% em relação a julho. Na comparação com agosto de 2011 esta estimativa aumentou 2,3%. A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados, estimada em 40,7 bilhões em agosto de 2012, apresentou alta de 2,3% frente a julho. Em comparação com agosto de 2011 esta estimativa cresceu 3,6%.

Conforme a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES, em agosto de 2012, o total do pessoal ocupado na indústria mostrou variação negativa de 0,1% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após registrar acréscimo de 0,2% no mês anterior. Vale destacar que o resultado positivo de julho interrompeu quatro meses de taxas negativas consecutivas nesse tipo de comparação, período em que acumulou perda de 1,2%. Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral repetiu no trimestre encerrado em agosto (0,0%) o patamar do mês anterior e permaneceu com o comportamento predominantemente negativo desde outubro do ano passado. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 2,0% em agosto de 2012, décimo primeiro resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde dezembro de 2009 (-2,4%). O índice acumulado nos oito primeiros meses de 2012 apontou recuo de 1,4% frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao

registrar -1,0% em agosto de 2012, prosseguiu com a trajetória descendente iniciada em fevereiro de 2011 (3,9%). Setorialmente, ainda no índice mensal, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em quatorze dos dezoito ramos pesquisados, com destaque para as pressões negativas vindas de vestuário (-12,1%), têxtil (-7,0%), calçados e couro (-6,1%), meios de transporte (-3,4%), outros produtos da indústria de transformação (-3,7%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-3,1%), papel e gráfica (-3,4%), madeira (-7,2%) e metalurgia básica (-4,5%). Por outro lado, o principal impacto positivo sobre a média da indústria foi observado no setor de alimentos e bebidas (3,6%). Em agosto de 2012, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente avançou 2,2% frente ao mês imediatamente anterior, eliminando a redução de 1,1% registrada em julho último. Vale destacar que no resultado desse mês observa-se a clara influência da expansão de 30,1% assinalada pelo setor extrativo, impulsionado sobretudo pelo pagamento de participação nos lucros e resultados em importante empresa do setor, já que a indústria de transformação apontou crescimento mais moderado (0,6%). Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral apontou expansão de 1,2% entre os trimestres encerrados em julho e agosto e interrompeu a trajetória descendente iniciada em abril último. No confronto com igual mês do ano anterior, o valor da folha de pagamento real cresceu 1,7% em agosto de

2012, trigésimo segundo resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação. O índice acumulado nos oito primeiros meses de 2012 apontou avanço de 3,4% frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, ao crescer 3,2% em agosto de 2012, mostrou redução no ritmo de expansão frente aos 3,6% registrados em junho e julho últimos.

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que o emprego dessazonalizado recuou 0,3% em agosto frente ao mês anterior. A flutuação do indicador perto da estabilidade pelo quarto mês seguido aponta que o mercado de trabalho ainda não seguiu o crescimento da atividade industrial. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego ficou 1,0% inferior. A massa salarial real recuou 2,6% em agosto frente ao mês anterior (dados sem ajuste sazonal). Essa queda é maior do que a média para meses de agosto desde 2006 (-2,3%), na mesma base de comparação. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, a massa salarial real intensificou o ritmo de crescimento de 4,1% em julho para 4,6% em agosto. O rendimento médio real caiu 2,7% em agosto frente ao mês anterior (dados sem ajuste sazonal). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o indicador acelerou a expansão de 4,9% em julho para 5,6% em agosto, ou seja, a tendência de desaceleração do ritmo de queda anual foi interrompida em agosto.

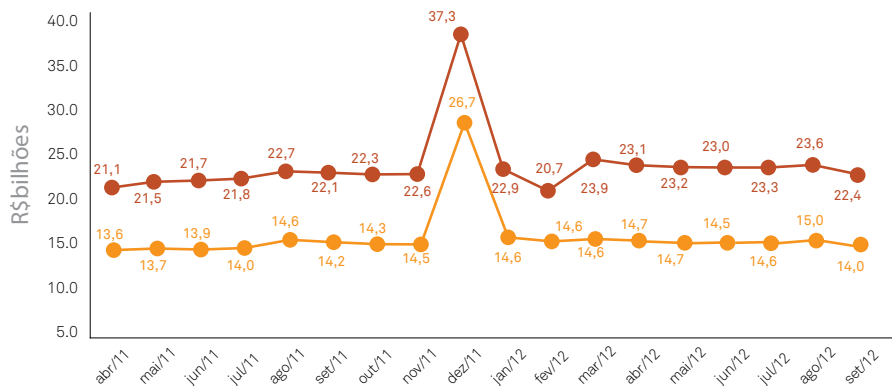


Gráfico 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Setembro/2012 – INPC

Legenda

- Empresas em Geral
- Receitas correntes

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

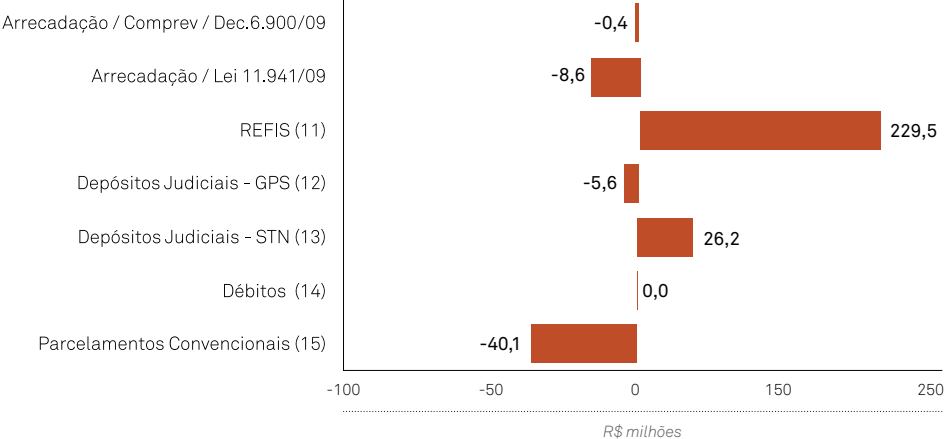
Em setembro de 2012, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 1,6 bilhão, elevação de 55,2% (+R\$ 562,2 milhões), em relação a setembro de 2011, e de 14,6% (+R\$ 201,1 milhões), frente ao mês anterior. Cabe destacar as rubricas Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e Depósitos Judiciais – Repasse STN, que apresentaram elevação, entre setembro de 2012 e o mês anterior, de 100,5% (+R\$ 229,5 milhões) e 12,4% (+R\$ 26,2 milhões). Com relação ao desempenho negativo, destaca-se os Parcelamentos Convencionais, que diminuíram 7,4% (-R\$ 40,1), conforme se pode observar no Gráfico 5.

Gráfico 5

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Setembro/2012) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Setembro/2012 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPPS/MPS



No acumulado de janeiro a setembro de 2012, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 11,9 bilhões, superior 27,1% (+R\$ 2,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2011. Quase todas as rubricas tiveram desempenho positivo, com exceção da rubrica Débitos, que diminuiu 42,4% (-R\$ 429,0 milhões). As rubricas Parcelamentos Convencionais e o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, apresentaram elevações de 17,4% (+R\$ 747,8 milhões) e 1.717,3% (+R\$ 1,7 bilhão), respectivamente, e juntas representaram 69,1% do total das receitas de recuperação de crédito, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

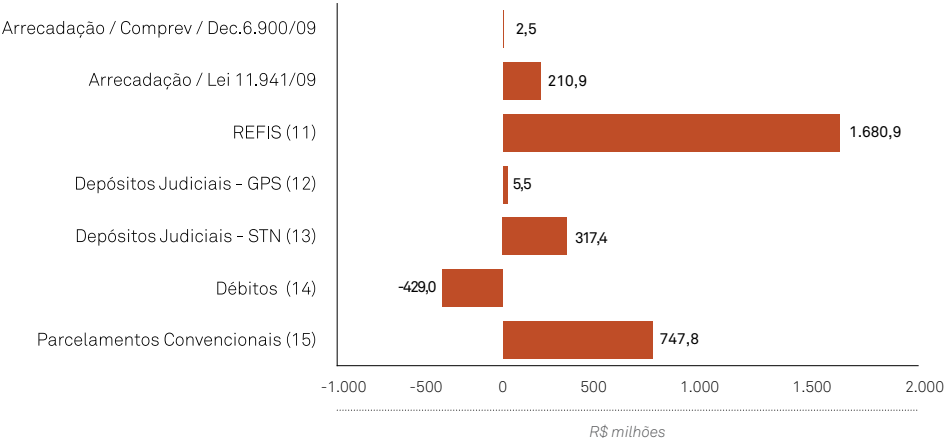


Gráfico 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Setembro) de 2012 em relação a 2011 - Em R\$ milhões de Setembro/2012 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos



Em setembro de 2012, a quantidade de benefícios emitidos foi de 29,8 milhões de benefícios, ocorrendo ligeiro aumento de 0,3% (+95,4 mil benefícios), em relação ao mês anterior e cresceu 3,3% (+948,4 mil benefícios) frente a setembro de 2011. Entre setembro de 2012 e o mês correspondente de 2011, todos os grandes grupos de benefícios apresentaram crescimento: os Benefícios Previdenciários, de 3,3% (+801,4 mil benefícios), os Benefícios Assistenciais, de 3,7% (+141,6 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários de 0,6% (+4,8 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 3.

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
TOTAL	28.828.225	29.681.203	29.776.580	0,3	3,3
PREVIDENCIÁRIOS	24.157.116	24.878.962	24.958.492	0,3	3,3
Aposentadorias	15.996.678	16.508.815	16.564.905	0,3	3,6
Idade	8.375.529	8.667.586	8.701.225	0,4	3,9
Invalidez	2.996.320	3.046.141	3.051.946	0,2	1,9
Tempo de Contribuição	4.624.829	4.795.088	4.811.734	0,3	4,0
Pensão por Morte	6.752.604	6.907.624	6.925.703	0,3	2,6
Auxílio-Doença	1.259.433	1.301.240	1.306.294	0,4	3,7
Salário-Maternidade	82.145	85.617	85.246	(0,4)	3,8
Outros	66.256	75.666	76.344	0,9	15,2
ACIDENTÁRIOS	833.627	838.054	838.425	0,0	0,6
Aposentadorias	172.150	179.061	179.714	0,4	4,4
Pensão por Morte	124.281	122.810	122.675	(0,1)	(1,3)
Auxílio-Doença	180.858	176.041	175.809	(0,1)	(2,8)
Auxílio-Acidente	286.415	293.363	293.789	0,1	2,6
Auxílio-Suplementar	69.923	66.779	66.438	(0,5)	(5,0)
ASSISTENCIAIS	3.826.170	3.952.320	3.967.738	0,4	3,7

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Setembro/2011, Agosto/2012 e Setembro/2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPPS/MPS

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
Amparos Assistenciais (LOAS)	3.550.463	3.702.561	3.720.264	0,5	4,8
Idoso	1.673.190	1.723.809	1.730.781	0,4	3,4
Portador de Deficiência	1.877.273	1.978.752	1.989.483	0,5	6,0
Pensões Mensais Vitalícias	13.758	13.179	13.154	(0,2)	(4,4)
Rendas Mensais Vitalícias	261.949	236.580	234.320	(1,0)	(10,5)
Idade	62.351	53.146	52.354	(1,5)	(16,0)
Invalidez	199.598	183.434	181.966	(0,8)	(8,8)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	11.312	11.867	11.925	0,5	5,4

Da quantidade média de 29,4 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a setembro de 2012, 57,7% (16,9 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,0% (8,5 milhões) a beneficiários da área rural e 13,3% (3,9 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2004 a 2012, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 30,0% no meio urbano, de 25,0% no meio rural e de 56,0% nos assistenciais.

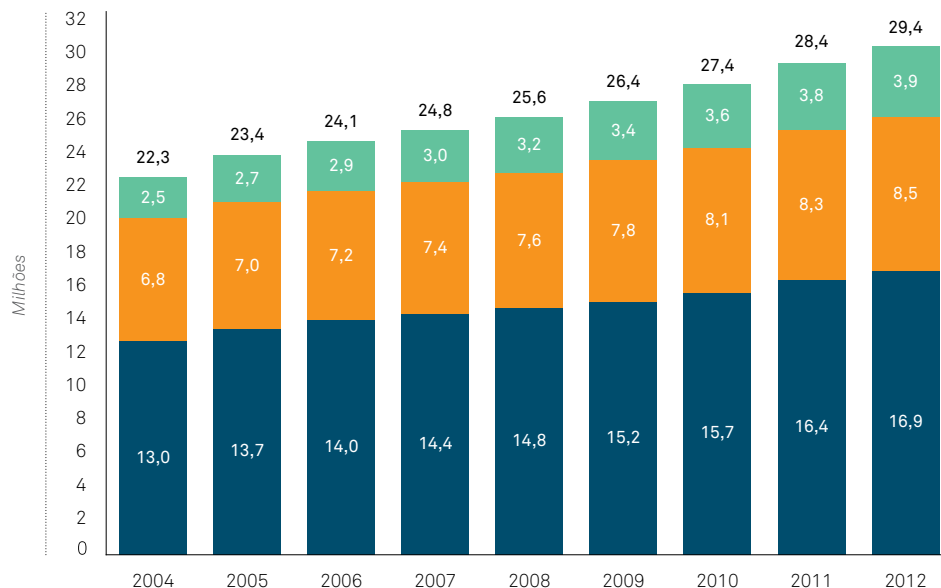
Gráfico 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2004 a 2012) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Setembro

Legenda



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPSS/MPS



O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 898,97, média de janeiro a setembro de 2012, acréscimo de 4,0% em relação ao mesmo período de 2011. Entre o acumulado de janeiro a setembro de 2012 e período correspondente de 2005, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 27,9% (Gráfico 8).

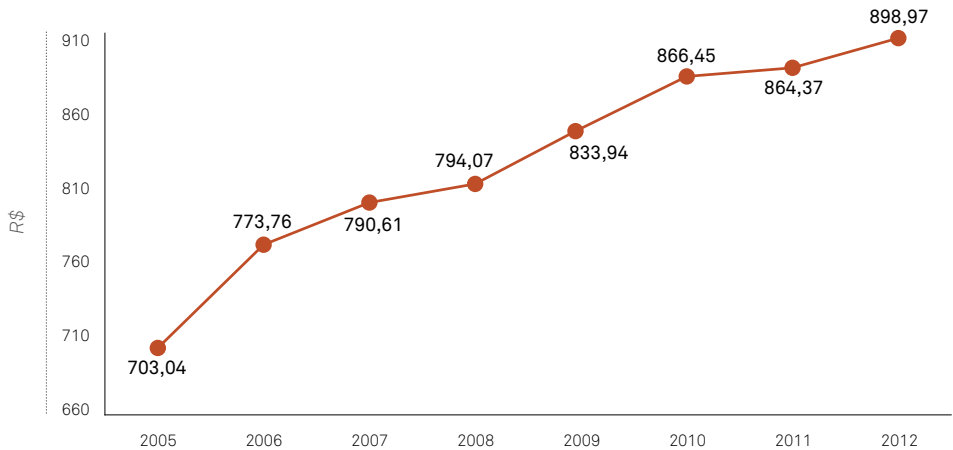


GRÁFICO 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Setembro de cada ano) em R\$ de Setembro/2012 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

Em setembro de 2012, foram concedidos 419,0 mil novos benefícios, queda de 17,5% (-88,8 mil benefícios) em relação ao mês anterior e ligeira diminuição de 0,2% (-1,0 mil benefícios), quando comparado com setembro de 2011. Todos os grandes grupos de benefícios apresentaram redução, entre setembro e agosto de 2012: os Benefícios Previdenciários tiveram queda de 17,4% (-76,7 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, de 20,0% (-6,8 mil benefícios), e os Benefícios Assistenciais, de 15,4% (-5,2 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A SET		VAR. %
						2011	2012	
TOTAL	420.072	507.838	419.044	(17,5)	(0,2)	3.646.098	3.743.196	2,7
PREVIDENCIÁRIOS	360.489	439.733	363.034	(17,4)	0,7	3.111.389	3.243.024	4,2
Aposentadorias	95.900	112.371	93.994	(16,4)	(2,0)	808.513	831.904	2,9
Idade	53.247	64.321	53.826	(16,3)	1,1	440.122	464.559	5,6
Invalidez	15.999	18.551	14.734	(20,6)	(7,9)	141.367	140.959	(0,3)
Tempo de Contribuição	26.654	29.499	25.434	(13,8)	(4,6)	227.024	226.386	(0,3)
Pensão por Morte	35.133	40.557	33.547	(17,3)	(4,5)	301.903	301.500	(0,1)

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Setembro/2011, Agosto/2012, Setembro/2012 e Acumulado de Janeiro a Setembro (2011 e 2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPPS/MPS

Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Setembro/2011, Agosto/2012, Setembro/2012 e Acumulado de Janeiro a Setembro (2011 e 2012)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPSPS/MPS

	SET-11 (A)	AGO-12 (B)	SET-12 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A SET		VAR. %
						2011	2012	
Auxílio-Doença	177.156	221.991	180.772	(18,6)	2,0	1.542.368	1.630.492	5,7
Salário-Maternidade	49.810	61.651	52.057	(15,6)	4,5	437.122	455.615	4,2
Outros	2.490	3.163	2.664	(15,8)	7,0	21.483	23.513	9,4
ACIDENTÁRIOS	30.033	34.229	27.375	(20,0)	(8,9)	267.681	254.732	(4,8)
Aposentadorias	955	1.107	898	(18,9)	(6,0)	8.706	8.906	2,3
Pensão por Morte	63	50	51	2,0	(19,0)	583	477	(18,2)
Auxílio-Doença	27.618	31.436	25.280	(19,6)	(8,5)	247.000	233.293	(5,5)
Auxílio-Acidente	1.386	1.621	1.134	(30,0)	(18,2)	11.291	11.963	6,0
Auxílio-Suplementar	11	15	12	(20,0)	9,1	101	93	(7,9)
ASSISTENCIAIS	29.395	33.759	28.550	(15,4)	(2,9)	265.814	244.565	(8,0)
Amparos Assistenciais - LOAS	29.361	33.705	28.517	(15,4)	(2,9)	265.534	244.286	(8,0)
Idoso	13.383	15.830	13.470	(14,9)	0,7	120.944	114.025	(5,7)
Portador de Deficiência	15.978	17.875	15.047	(15,8)	(5,8)	144.590	130.261	(9,9)
Pensões Mensais Vitalícias	34	54	33	(38,9)	(2,9)	278	279	0,4
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	2	-	(100,0)
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	2	-	(100,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	155	117	85	(27,4)	(45,2)	1.214	875	(27,9)

No acumulado do primeiro semestre de 2012, a quantidade de benefícios concedidos foi de 3,7 milhões de benefícios, aumento de 2,7% (+97,1 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2011. Os Benefícios Previdenciários registraram crescimento de 4,2% (+131,6 mil benefícios). Já os Benefícios Assistenciais e Acidentários tiveram redução de 8,0% (-21,2 mil benefícios) e 4,8% (-12,9 mil benefícios), respectivamente.

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.



The background of the image is a financial newspaper page. The left side shows a detailed table of stock prices and market data, with various company names and numerical values. The right side features a green overlay with a white line graph and some text, including 'Euro-Dollar Tagesverlauf' and 'GELDMARKT'. The word 'Anexos' is prominently displayed in white text on the green background.

Anexos

Fluxo de Caixa

2012 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPPS/MPS

ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
1. SALDO INICIAL	12.313.715
2. RECEBIMENTOS	29.939.275
2.1. ARRECADAÇÃO	23.340.100
- Arrecadação Bancária	20.640.892
- SIMPLES (1)	2.108.235
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	99.714
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	191
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	371.979
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	28.045
- Quitação de Dívidas (6)	-
- Depósitos Judiciais (7)	102.349
- Restituições de Arrecadação	(11.306)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	204
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	41.399
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional)(8)	1.417.566
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.140.005
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	223.422
- Concursos e Prognósticos	17.299
- Operações de Crédito Externa	-
- COFINS	726.485
- COFINS/LOAS	3.176.717
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib.- EPU	168.003

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2012
12.471.440	12.575.221	17.941.284	12.056.968	12.634.609	12.855.069	18.493.065	16.976.499				12.313.715
29.425.553	35.072.012	26.866.353	30.530.560	30.257.046	36.387.686	31.704.441	33.993.272				284.176.199
21.055.916	24.412.548	23.951.481	24.066.359	23.939.845	24.570.425	24.881.304	23.980.203				214.198.182
20.518.892	20.782.645	21.403.396	21.638.953	21.395.328	21.726.897	22.172.781	20.954.615				191.234.400
131.738	3.015.919	1.826.008	1.785.005	1.905.602	2.135.446	1.941.120	2.008.238				16.857.309
85.849	105.505	137.663	209.236	216.172	216.039	227.058	458.026				1.755.262
1.112	1.164	50	31	16	434	662	299				3.959
394.559	339.444	384.617	314.120	312.700	336.403	329.898	323.417				3.107.137
11.882	20.071	34.450	36.079	30.494	27.630	17.782	21.554				227.988
-	-	-	-	-	-	-	-				-
(65.864)	174.127	185.100	157.581	123.374	143.189	210.076	237.627				1.267.559
(22.251)	(26.327)	(19.802)	(74.647)	(43.841)	(15.613)	(18.073)	(23.572)				(255.432)
449	(48.164)	(47.963)	(117.354)	(120.271)	(132.052)	(176.350)	(180.807)				(822.308)
11.467	20.524	17.475	28.822	31.931	22.780	20.023	17.055				211.477
5.102.243	6.676.520	(2.836.800)	2.282.080	2.436.494	8.114.632	(8.625.761)	(1.028.137)				13.538.837
3.255.477	4.010.584	5.782.160	4.270.652	3.969.047	3.811.902	15.605.224	11.204.958				57.050.011
327.887	323.026	2.902.488	340.644	438.224	477.750	240.565	291.660				5.565.666
38.013	37.461	27.305	44.558	41.457	55.615	53.721	57.542				372.972
-	-	-	-	-	-	-	120				120
51	75	-	0	1	-	11.899.000	7.966.778				20.592.389
2.220.000	2.601.102	1.976.450	2.911.581	2.352.704	2.453.964	2.490.386	2.145.400				22.328.304
95.000	95.000	73.500	190.000	145.000	50.000	155.000	30.000				1.001.503

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/ FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA		JAN
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS)/ PASEP / Outros		-
- Recursos Ordinários - Contrapartida		-
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)		798.079
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF		30.000
3. PAGAMENTOS		29.748.540
3.1. PAGAMENTOS INSS		26.080.793
3.1.1. BENEFÍCIOS		24.987.481
- Total de Benefícios		25.125.094
- Devolução de Benefícios		(104.603)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS		22.603.118
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS		22.454.016
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (9)		149.101
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS		2.384.363
3.1.1.2.1. EPU T.N.		83.348
3.1.1.2.2. LOAS		2.301.015
3.1.2. PESSOAL (10)		913.330
3.1.3. CUSTEIO (11)		179.982
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)		3.667.747
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)		19.597.725
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)		(3.005.392)
6. SALDO ARREC. LÍQ.- BENEF.(4 – 3.1.1)		(5.389.756)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)		190.735
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3)(13)		12.504.450

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2012
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
574.527	953.921	802.417	783.869	991.661	774.573	765.915	713.332				7158.293
-	-	-	-	-	-	637	126				30.764
29.289.571	29.670.291	32.724.557	29.923.679	30.009.054	30.723.013	33.196.219	38.471.054				283.755.978
27.081.427	27.523.151	30.582.785	27.723.779	27.748.007	28.482.972	30.897.134	36.149.624				262.269.671
26.450.472	26.505.490	29.607.500	26.935.489	26.926.493	27.418.313	30.033.186	35.327.612				254.192.037
26.606.204	26.673.450	29.775.416	27.097.589	27.147.446	27.535.380	30.188.146	35.662.138				255.810.864
(123.531)	(132.302)	(141.804)	(132.860)	(193.421)	(90.389)	(130.173)	(305.281)				(1.354.363)
23.945.765	23.985.884	27.081.243	24.393.984	24.389.166	24.864.976	27.470.784	32.731.710				231.466.630
23.626.115	23.660.446	24.146.140	24.015.707	23.919.716	24.284.666	27.194.234	32.364.117				225.665.157
319.650	325.438	2.935.103	378.278	469.450	580.309	276.550	367.593				5.801.473
2.504.707	2.519.606	2.526.257	2.541.505	2.537.327	2.553.338	2.562.402	2.595.902				22.725.407
79.086	78.475	78.456	78.378	78.277	78.110	81.359	110.056				745.545
2.425.621	2.441.130	2.447.801	2.463.127	2.459.050	2.475.228	2.481.044	2.485.846				21.979.862
520.615	833.018	657.145	656.400	657.632	887.959	658.437	658.011				6.442.548
110.339	184.644	318.140	131.889	163.882	176.699	205.511	164.001				1.635.086
2.208.145	2.147.139	2.141.772	2.199.900	2.261.047	2.240.041	2.299.086	2.321.429				21.486.306
18.802.342	22.221.373	21.765.569	21.820.891	21.631.892	22.283.993	22.534.626	21.610.744				192.269.155
(5.143.423)	(1.764.511)	(5.315.675)	(2.573.094)	(2.757.274)	(2.580.983)	(4.936.158)	(11.120.966)				(39.197.475)
(7.648.130)	(4.284.116)	(7.841.931)	(5.114.599)	(5.294.601)	(5.134.320)	(7.498.560)	(13.716.868)				(61.922.882)
135.982	5.401.722	(5.858.204)	606.881	247.992	5.664.674	(1.491.779)	(4.477.781)				420.221
12.607.422	17.976.942	12.083.080	12.663.849	12.882.601	18.519.742	17.001.286	12.498.718				12.733.936

Fluxo de Caixa

Set/2012
(R\$ mil de Set/2012 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00). (3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)
- Quitação de Dívidas (6)
- Depósitos Judiciais(7)
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros

VALORES EM MIL R\$ DE SETEMBRO/2012 - INPC							
SET-11 I	AGO-12 II	SET-12 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A SET-11 - IV	ACUM. JAN. A SET-12 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
15.851.747	18.609.614	16.976.499	(8,8)	7,1	5.133.141	12.755.013	148,5
32.572.851	31.856.359	33.945.243	6,6	4,2	275.827.449	289.010.464	4,8
23.080.420	24.990.222	23.932.174	(4,2)	3,7	202.419.749	217.760.060	7,6
20.848.671	22.312.521	20.954.615	(6,1)	0,5	182.915.279	194.835.850	6,5
1.879.130	1.953.354	2.008.238	2,8	6,9	15.798.823	17.166.240	8,7
9.887	228.489	458.026	100,5	4.532,7	97.878	1.778.729	1.717,3
272	666	299	(55,2)	10,0	1.522	4.047	166,0
447.351	331.977	323.417	(2,6)	(27,7)	2.957.407	3.168.258	7,1
22.999	17.894	21.554	20,5	(6,3)	311.181	232.295	(25,4)
-	-	-	-	-	-	-	-
(63.717)	211.400	237.627	12,4	(472,9)	968.862	1.286.235	32,8
(18.998)	(18.187)	(23.572)	29,6	24,1	(216.852)	(260.076)	19,9
414	(177.461)	(180.807)	1,9	(43.758,2)	154.945	(831.309)	(636,5)
20.780	20.149	17.055	(15,4)	(17,9)	371.728	215.720	(42,0)
6.163.701	(8.680.123)	(1.028.137)	(88,2)	(116,7)	23.911.899	13.996.742	(41,5)
3.307.536	15.703.573	11.204.958	(28,6)	238,8	48.969.128	57.869.251	18,2
359.070	242.081	291.660	20,5	(18,8)	6.700.096	5.681.137	(15,2)
20.065	54.060	57.542	6,4	186,8	157.350	378.927	140,8
-	-	120	-	-	11	120	1.010,0
347.871	11.973.991	7.966.778	(33,5)	2.190,2	13.163.864	20.693.420	57,2
1.810.629	2.506.081	2.145.400	(14,4)	18,5	20.407.947	22.766.820	11,6
165.754	155.977	30.000	(80,8)	(81,9)	972.360	1.022.217	5,1
-	-	-	-	-	-	-	-

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Divida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Divida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/ FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

- Recursos Ordinários - Contrapartida
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS
- 3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF(9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.2.1. EPU T.N.
- 3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL(10)

3.1.3. CUSTEIO (11)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)

4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

VALORES EM MIL R\$ DE SETEMBRO/2012 - INPC							
SET-11 I	AGO-12 II	SET-12 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A SET-11 - IV	ACUM. JAN. A SET-12 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
-	-	-	-	-	-	-	-
604.146	770.742	713.332	(7,4)	18,1	7.567.500	7.294.767	(3,6)
-	641	126	(80,3)	-	-	31.843	-
36.172.791	33.405.432	38.471.054	15,2	6,4	269.366.057	288.939.374	7,3
33.989.455	31.091.857	36.149.624	16,3	6,4	249.242.114	267.024.652	7,1
33.096.864	30.222.464	35.327.612	16,9	6,7	240.249.335	258.790.956	7,7
33.361.825	30.378.401	35.662.138	17,4	6,9	241.707.271	260.437.118	7,7
(240.687)	(130.993)	(305.281)	133,1	26,8	(1.240.607)	(1.376.427)	10,9
30.768.896	27.643.913	32.731.710	18,4	6,4	219.616.058	235.638.202	7,3
30.326.821	27.365.620	32.364.117	18,3	6,7	213.228.477	229.720.866	7,7
442.075	278.293	367.593	32,1	(16,8)	6.387.581	5.917.336	(7,4)
2.327.968	2.578.552	2.595.902	0,7	11,5	20.633.278	23.152.754	12,2
112.313	81.872	110.056	34,4	(2,0)	738.881	759.179	2,7
2.215.655	2.496.680	2.485.846	(0,4)	12,2	19.894.396	22.393.575	12,6
716.516	662.586	658.011	(0,7)	(8,2)	7136.585	6.567.624	(8,0)
176.076	206.806	164.001	(20,7)	(6,9)	1.856.194	1.666.072	(10,2)
2.183.336	2.313.576	2.321.429	0,3	6,3	20.123.943	21.914.722	8,9
20.897.084	22.676.646	21.610.744	(4,7)	3,4	182.295.806	195.845.338	7,4
(9.871.811)	(4.967.267)	(11.120.966)	123,9	12,7	(37.320.252)	(39.792.864)	6,6
(12.199.779)	(7.545.818)	(13.716.868)	81,8	12,4	(57.953.529)	(62.945.618)	8,6
(3.599.940)	(1.549.073)	(4.525.811)	192,2	25,7	6.461.392	71.089	(98,9)
12.251.807	17.060.541	12.450.688	(27,0)	1,6	12.251.807	12.450.688	1,6

conclusão ■

Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

(R\$ milhões de Set/2012 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPDS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE SETEMBRO, A PREÇOS DE SET/2012 INPC						
2002	101.486	7.094	94.392	115.220	122,1	(20.828)
2003	96.289	7.011	89.278	116.744	130,8	(27.466)
2004	107.584	8.227	99.357	130.488	131,3	(31.131)
2005	116.429	7.875	108.553	143.939	132,6	(35.386)
2006	129.058	9.876	119.181	166.733	139,9	(47.551)
2007	143.737	13.218	130.519	178.489	136,8	(47.971)
2008	158.895	15.777	143.118	183.230	128,0	(40.112)
2009	166.038	16.494	149.543	195.937	131,0	(46.394)
2010	184.995	18.091	166.903	212.371	127,2	(45.468)
2011	202.420	20.124	182.296	219.616	120,5	(37.320)
2012	217.760	21.915	195.845	235.638	120,3	(39.793)
set/10	21.413	2.011	19.402	29.814	153,7	(10.412)
out/10	21.654	1.939	19.715	22.154	112,4	(2.439)
nov/10	21.900	1.990	19.910	24.826	124,7	(4.916)
dez/10	35.696	1.985	33.711	29.873	88,6	3.838
jan/11	22.240	3.513	18.727	22.033	117,7	(3.306)
fev/11	21.416	2.069	19.347	22.955	118,7	(3.608)
mar/11	21.502	2.020	19.482	22.872	117,4	(3.390)
abr/11	21.892	1.985	19.907	26.057	130,9	(6.150)
mai/11	22.349	2.028	20.321	22.904	112,7	(2.583)
jun/11	22.981	2.095	20.886	22.914	109,7	(2.027)
jul/11	23.130	2.090	21.040	23.260	110,6	(2.220)
ago/11	23.829	2.140	21.688	25.852	119,2	(4.164)
set/11	23.080	2.183	20.897	30.769	147,2	(9.872)

continua ▀

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
out/11	23.758	2.162	21.597	22.995	106,5	(1.398)
nov/11	23.666	2.153	21.514	25.926	120,5	(4.412)
dez/11	38.356	2.230	36.126	31.039	85,9	5.087
jan/12	24.099	3.799	20.300	23.413	115,3	(3.113)
fev/12	21.679	2.278	19.401	24.708	127,4	(5.307)
mar/12	25.099	2.211	22.887	24.705	107,9	(1.817)
abr/12	24.467	2.192	22.275	27.715	124,4	(5.440)
mai/12	24.449	2.239	22.210	24.829	111,8	(2.619)
jun/12	24.256	2.295	21.960	24.759	112,7	(2.799)
jul/12	24.790	2.264	22.525	25.134	111,6	(2.609)
ago/12	24.990	2.314	22.677	27.644	121,9	(4.967)
set/12	23.932	2.321	21.611	32.732	151,5	(11.121)

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de Set/2012 - INPC)



Gráfico 1

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios (Acumulado até o mês de Setembro de cada ano, em R\$ milhões de Set/2012 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários

*Secretaria de Políticas
de Previdência Social*



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL